

6 Conclusão

Este estudo se propôs a analisar duas idéias de identidade nacional, contrastando a visão do historiador americano, Jackson Turner, com a do historiador-diplomata brasileiro, Oliveira Lima. O contraste se deu no âmbito maior de uma comparação entre Brasil e Estados Unidos, as duas grandes nações continentais das Américas.

Tanto Jackson Turner quanto Oliveira Lima trabalham com heróis nacionais. Na obra de Turner, o sentimento de nacionalidade, a criação de uma “comunidade imaginada”, se dá pelos esforços de homens comuns, os pioneiros que desbravam a natureza selvagem e desconhecida – o *wilderness* – na marcha de conquista territorial que se desdobra de leste a oeste do continente americano. Os personagens épicos desta jornada são o Homem e a Natureza: ocorre um embate entre os dois, em que ambos são transformados, e desta metamorfose surge um Novo Homem – o Americano, produto original e distinto de qualquer personagem europeu.

A ruptura com as instituições européias é central à obra de Turner. O historiador estava à procura do cerne do “Americanness” e o encontrou no “sertão” americano. A marcha do *frontierman* se dirige ao Progresso e à Civilização, mas esta última possui um significado diferente daquele presente em Oliveira Lima. Para Turner, é preciso romper com a “civilização” européia e voltar a condições primitivas junto à natureza, começando do zero, para reiniciar o processo civilizador. Neste sentido, “civilização” perde seu sentido cosmopolita – associado à criação artística e intelectual humana, ao refinamento e à beleza, à presença de instituições culturais – para assumir uma conotação mais prática ligada ao domínio da natureza e à evolução dos modos de produção econômica. Para Turner, “civilização” se resume ao avanço do capitalismo, culminando no capitalismo industrial característico de sua época.

Ainda existe a noção de “civis” – isto é, cidade – pois o ponto culminante do processo civilizador do *frontierman* é o estabelecimento de cidades onde havia somente *wilderness*. Não obstante, sua cidade é industrial, cheia de fábricas, orientada para a produção do conforto material.

É uma idéia que contrasta com a noção de “civilização” de Oliveira Lima. Para o autor brasileiro, é imperativa a continuidade com as instituições européias, pois são elas que integrarão o Brasil selvagem ao “mundo civilizado”. Oliveira Lima, via a

“civilização” precisamente de forma cosmopolita. A sua “civis” – cidade – é o centro de atividades artísticas e intelectuais. É a cidade no sentido grego da palavra: local onde há comunhão e troca de idéias entre cidadãos, onde o tempo e o espaço são suficientemente livres para permitir que a criação humana flua sem impedimentos.

Na obra de Turner, as novas cidades, pontos luminosos na marcha da “civilização” pelo continente americano adentro, surgem no *heartland* – no coração dos Estados Unidos – que é o interior. São os novos centros industriais como Chicago e Cleveland. Em Oliveira Lima, a cidade está no litoral, na proximidade com a Europa: é o cosmopolitismo da capital, Rio de Janeiro, que estende sua influência pelo resto do continente.

O grande herói do épico “civilizador” de Oliveira Lima é a instituição da Monarquia, representada pelo símbolo da Casa Real de Orleans e Bragança, nas duas principais figuras do Império brasileiro: D. João VI e D. Pedro II. Literalmente constroem uma nacionalidade fundindo instituições européias com elementos nativos. Na visão de Oliveira Lima, a natureza brasileira não é perigosa nem desafiante. Não se trata de uma personagem que convida ao embate. É uma natureza esplendorosa, acolhedora, tranqüilizante. Ao contrário da proposta de Turner (que se baseia na mitologia do puritanismo e do romantismo), não são necessários o esforço nem o suor para se chegar ao paraíso vindo do *wilderness*: o paraíso já está presente. É um convite à reflexão, ao pensamento, à criação – atividades que serão canalizadas e sistematizadas pela presença de novas instituições nacionais implantadas pela Monarquia. Para criar uma idéia de Brasil, há primeiro de se “pensar” o Brasil.

Trata-se de visões carregadas de emoção e sentimentalismo, inspiradas pelo Movimento Romântico do século XIX. Neste sentido, os autores são marcados pelas limitações de sua época e acabam por “esquecer” e “omitir” certos fatos, não de maneira intencional, mas como consequência de uma visão de mundo condicionada pela cultura de seu tempo. José Murilo de Carvalho, baseando-se em Ernest Renan, ilustra bem a necessidade do esquecimento na questão da identidade nacional:

A identidade é uma construção feita de vários ingredientes, em geral carregados de componentes emocionais. A construção dessas identidades exige muitos “esquecimentos” e “erros históricos” como nos alertou Ernest Renan em sua famosa conferência de 1882, *Qu'est-ce qu'une nation?* Esquecer e reescrever a história envolve a criação de memórias nacionais, heróis nacionais, símbolos, alegorias, mitos e rituais. Os fatos e personagens históricos são reinterpretados, com freqüência, pelos próprios

historiadores, para tornar possível a coexistência de contrários e a reunião de elementos díspares.⁸²

O próprio Renan, em *Qu' est-ce qu' une nation?*, coloca: “... *l' essence d' une nation c' est que tous les individus aient beaucoup de choses em commun, est aussi que tous aient oublié bien de choses*”.⁸³ Quais foram os “esquecimentos” e os “erros históricos” – não intencionais – de Jackson Turner e Oliveira Lima?

Em primeiro lugar, Turner “esquece” o problema da escravidão e do negro nos Estados Unidos. O sistema latifundiário sulista – e seu legado social e racial – é omitido da experiência da fronteira.

Também é “esquecido” o índio e o massacre ao qual a população indígena foi submetida na conquista do território americano. O épico do *frontierman* é uma saga grandiosa, virtuosa. O historiador pouco menciona a violência, o desespero e a morte que foram componentes tão marcantes da experiência da fronteira. Passa por cima da questão de forma superficial, mencionando que a subjugação do “elemento indígena” foi importante na formação de instituições nacionais americanas – mas não entra em detalhes nem se estende sobre o assunto.

A composição étnica do *frontierman* é norte-européia. Não há nenhuma menção de miscigenação racial na obra de Turner.

Há razões importantes para tais “esquecimentos”. Como já se mencionou, Turner estava escrevendo para um público ansioso e receoso do futuro. O atrito e a turbulência já estavam bem presentes na sociedade americana. A proposta de Turner tinha o objetivo de levantar os espíritos do povo. Não queria lembrá-lo de pecados do passado, mas de virtudes e conquistas.

Assim, sua solução foi colocar o *frontierman* como modelo genérico de conduta. A coragem, o senso comum, a autosuficiência, a liberdade, a eterna busca, a aventura – são todos atributos do *frontierman* que se estendem para o empresário, o político, o cientista. Onde há um empreendimento e um desafio, há uma fronteira.

Este aspecto transterritorial da fronteira pode vir a incluir os que foram previamente excluídos. O negro, que não participou da conquista do território americano, nem gozou da liberdade do pioneiro, pode perfeitamente se integrar à “comunidade imaginária” dos *frontiermen* que enfrentam fronteiras virtuais – sejam elas

⁸² CARVALHO, J. M. de, “Terra do Nunca”, In: BETHELL (Org.), *Brasil: Fardo do Passado, Promessa do Futuro*, p. 47 et. seq.

⁸³ RENAN, Ernest, *Que' st qu' une Nation?*, p.13.

peçoais, morais, sociais. O líder negro Martin Luther King, no seu famoso discurso “*I have a dream*” – que marcou a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos dos anos 50 e 60 – empregou a velha metáfora bíblica dos puritanos que foi apropriada de maneira secular por Turner. “Chegaremos à Terra Prometida”, disse Luther King. Antes, no entanto, há de se passar pelo longo *wilderness* da discriminação e da injustiça.

A metáfora da fronteira foi e continua sendo empregada onde há o desconhecido e o desafio ao descobrimento, desde a exploração do espaço sideral ao estudo do genoma humano. A idéia é de um eterno movimento em direção ao aperfeiçoamento e ao conhecimento.

Também na obra de Oliveira Lima há “esquecimentos” e “omissões”. A primeira delas lida com as implicações do comprometimento com o escravagismo no Brasil, que foi o último país a abolir a escravidão nas Américas. A Monarquia consolidou o sistema latifundiário e inibiu a implementação de políticas industriais que poderiam ter lançado a Nação num caminho de desenvolvimento similar ao dos Estados Unidos. Incentivou a criação, ao redor da Corte, de uma elite fisiologista, insular, desvinculada da sociedade como um todo. São situações que deixaram legados nocivos na sociedade brasileira até hoje, contra os quais a luta é contínua.

Em outro instante, Oliveira Lima “omite” o povo de suas análises. A sua proposta de identidade nacional é aristocrática, elaborada de cima para baixo por artistas e intelectuais aliados ao símbolo da Casa Real. Mesmo seus mestiços integram as elites: Machado de Assis, Gonçalves Dias, José Maurício.

Assim como Turner, Oliveira Lima também tem boas razões para suas “omissões”. Seu objetivo é recuperar o legado de beleza, tolerância e estabilidade conquistado pela Monarquia, num momento em que os militares da República apelam para a rudeza, a opressão, a violência – e fazem políticas orientadas para fortalecer sentimentos regionalistas. A preocupação central da Monarquia era manter a união nacional, preservando a integridade territorial da Nação e a estabilidade social e política.

O comprometimento com o sistema latifundiário foi o preço a pagar pela estabilidade. O incentivo à industrialização mais intensa, e aos seus representantes capitalistas, como o Barão de Mauá, corria o risco de gerar atritos e rachaduras no frágil tecido sócio-político brasileiro. Basta lembrar que, nos próprios Estados Unidos, a divisão Norte-Sul se deu pelo sistema capitalista-industrial do norte e o escravagismo do sul, levando a Guerra Civil.

A insistência em manter o sistema latifundiário inibiu a formação de uma classe burguesa com massa crítica. É precisamente esta classe – de pequenos proprietários e comerciantes – que formou o “povo” americano. A ausência dela no Brasil – junto com uma massa de escravos numa sociedade altamente hierarquizada – resulta na omissão do conceito de “povo” na obra de Oliveira Lima.

Nenhuma das colocações acima tem como objetivo defender a experiência da Fronteira ou da Monarquia. Trata-se, apenas, de uma exposição da proposta dos autores e o porquê de determinadas “omissões” e “esquecimentos”. Qualquer obra, mesmo as grandes obras, é incompleta, no sentido em que há sempre um argumento falho, uma “omissão” ou um “esquecimento”, mesmo que não seja intencional. Uma obra importante e duradoura não deveria ter como objetivo um argumento perfeito, fechado. Deve estimular o debate e a imaginação. Deve gerar tamanho impacto que atinge o *status* de “clássico”. Neste sentido, por mais controvertidas e problemáticas que sejam, as obras de Jackson Turner e Oliveira Lima cumprem plenamente sua promessa.